



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

## CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UMA VIATURA  
LIGEIRA DE MERCADORIAS, DO TIPO TODO-O-TERRENO E  
EQUIPADA COM CAIXA ABERTA, PARA A DIVISÃO DE  
PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA.**

**PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

**ARTIGO 1º**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO**

1. O presente concurso público tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS, DO TIPO TODO-O-TERRENO E EQUIPADA COM CAIXA ABERTA, PARA A DIVISÃO DE PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA**, conforme se descreve pormenorizadamente no caderno de encargos.

**ARTIGO 2º**

**ENTIDADE ADJUDICANTE**

A Entidade Adjudicante é seguinte:

**Município de Loulé**  
**Praça da República**  
**8104-001 Loulé**  
**Telefone: 289 400600 / 289 400834**  
**Telefax: 289 415557**

**ARTIGO 3º**

**ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de 10.08.2016, no uso da competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara conferida por Despacho de 21.10.2013.

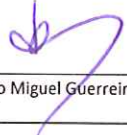
**ARTIGO 4º**

**ESCLARECIMENTOS E CONSULTA DO PROCESSO**

1. As peças que constituem o Procedimento, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, encontram-se disponíveis para consulta na **DIVISÃO DE GESTÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL E APROVISIONAMENTO** da Entidade Adjudicante a acima mencionada (sita no Edifício Paços do Concelho - Praça da República, 8104-001 Loulé), cujo horário de atendimento é das 9.00H às 17.00H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, exclusivamente através da referida plataforma electrónica.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri, também por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma electrónica.

O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à rectificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e prazo indicados.

Os esclarecimentos e as rectificações serão disponibilizados na plataforma electrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.

5. Os esclarecimentos e rectificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**ARTIGO 5º**

**REQUISITOS DE ADMISSÃO DOS CONCORRENTES**

1. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2. Podem ser concorrentes agrupamentos de entidades singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a Entidade Adjudicante, pela manutenção da proposta.

4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo.


**ARTIGO 6º**

**MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DATA LIMITE DE ENTREGA**

Os documentos da proposta devem ser apresentados na plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, até às 18.00 horas do 21º dia a contar da data do envio do respectivo anúncio para publicação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

**ARTIGO 7º**

**PROPOSTA**

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos (documentos de entrega obrigatória, sob pena de exclusão):

1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos (e que se junta no anexo I ao presente Programa de Procedimento), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar **(documento a anexar pelo concorrente)**.

1.2. No caso de pessoa colectiva o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente. **(documento a anexar pelo concorrente)**.

1.3. Documentos dos quais constem os **atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- i) **PREÇO TOTAL** (conforme matriz de quantidades disponibilizada na plataforma);
- ii) **PERÍODO DE GARANTIA** (documentos a anexar pelo concorrente);
- iii) **LOCAL E CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (documentos a anexar pelo concorrente);
- iv) **PRAZO DE ENTREGA** (documentos a anexar pelo concorrente).

1.4. Documentos que contenham os **termos ou condições** relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente os seguintes (documentos de entrega obrigatória, sob pena de exclusão):

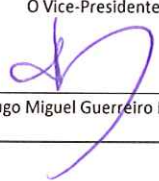
- i) **Declaração onde conste que irão entregar manuais em língua portuguesa com instruções sobre a operação, manutenção e reparação da viatura, incluindo todos os equipamentos e acessórios, quer sejam mecânicos, hidráulicos, pneumáticos ou eléctricos** (documentos a anexar pelo concorrente);
- ii) **Declaração onde conste que compromete-se manter a Câmara Municipal de Loulé permanentemente informada sobre as alterações que forem sendo introduzidas na viatura pelos fabricantes, fornecendo-lhe as correspondentes instruções** (documentos a anexar pelo concorrente);
- iii) **Declaração onde conste que irão entregar um plano de manutenção preventiva, no qual deverá constar os intervalos de manutenção e a descrição dos serviços que serão executados em cada intervenção** (documentos a anexar pelo concorrente);
- iv) **Programa de formação que se propõem organizar** (documentos a anexar pelo concorrente).

1.5. Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

1.6. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

**2. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:**

2.1. Os documentos da proposta devem ser assinados electronicamente com um certificado qualificado emitido por entidade autorizada para o efeito, conforme relação de entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt). Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento electrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

2.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respectivos originais.

2.3. Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente a declaração referida em 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respectivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas colectivas deve juntar cópia das respectivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.

**3. Não são admitidas as propostas que envolvam alterações às cláusulas do caderno de encargos.**

**4. Não são admitidas propostas variantes.**

**5. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.**

6. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos. Em caso de divergência entre os preços indicados no formulário de proposta e os indicados noutro qualquer documento que o concorrente entenda disponibilizar, prevalecem os indicados no formulário de proposta.

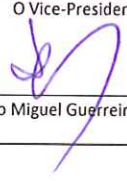
**ARTIGO 8º**

**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, conforme disposto na alínea a) do n.º 1, do artigo 74º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

**Fatores, por ordem decrescente de importância:**

1. Preço Global (41 %);
2. Período de Garantia (24 %);
3. Local e Condições de Assistência Técnica (22 %);
4. Prazo de Entrega (13 %).

Em caso de empate o critério a adotar será o fator “Preço Global”. Se o empate persistir procede-se a sorteio.

O procedimento de cálculo da pontuação para cada fator será efetuado da seguinte forma:

### **Modelo de Avaliação**

**1. PREÇO GLOBAL (41 %):**

O preço base deste concurso é de € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros), sem IVA incluído, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual. As propostas cujo preço contratual seja superior ao preço base serão excluídas, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do mesmo decreto-lei.

A pontuação para o facto “Preço Global” apresentado pelos concorrentes para o fornecimento desta viatura, será calculada utilizando a seguinte fórmula:

$$P_p = \left[ 10 - \frac{P}{5000} \right]$$

onde:

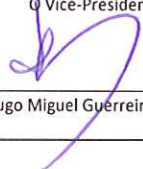
$P_p$  – Pontuação parcial para o preço global do concorrente

$P$  – Preço global sem IVA incluído, apresentado pelo concorrente

Será considerado anormalmente baixo o preço global cujo valor seja inferior a € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros) sem IVA incluído, devendo o concorrente prestar esclarecimentos justificativos relativo aos elementos constitutivos da sua proposta que considerar serem relevantes para esse efeito.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

Ó Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

**2. PERÍODO DE GARANTIA (24 %):**

A pontuação para o período de garantia da viatura será obtida da seguinte forma:

$$P_G = \frac{G}{9} - \frac{5}{3}$$

onde:

$P_G$  – Pontuação parcial do período de garantia apresentado pelo concorrente

$G$  – Prazo de garantia, em meses, apresentado pelos concorrentes

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um período total de garantia igual ou superior a 60 meses, estes terão a pontuação máxima de 5 (cinco) valores.

Relativamente aos concorrentes que apresentarem períodos de garantias específicas, tais como mecânica, caixa de velocidades, pintura, anti-corrosão, entre outros, será tido em consideração as seguintes categorias, assim como as respetivas ponderações:

- Mecânica (motor, caixa de velocidades e cadeia de transmissão): 40%;
- Garantia geral: 30%;
- Pintura: 20%;
- Anti-corrosão: 10%

Será utilizada a expressão acima indicada para o cálculo da pontuação de cada garantia específica, sendo posteriormente afetada pela respetiva ponderação.

Considera-se garantia geral tudo que não estiver incluído nas garantias específicas, tais como amortecedores, bateria, rádio, pneus, etc.

Em caso de períodos de garantias diferenciadas entre os vários componentes, será considerado, para cada categoria, o menor período apresentado.

**3. LOCAL E CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (22 %):**

A pontuação para este facto do critério de adjudicação será obtida da seguinte forma:

**3.1. LOCAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (50 %):**

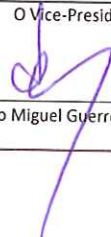
Relativamente a este subfactor, será avaliada a localização das instalações oficiais do concorrente onde a viatura irá efetuar as respetivas manutenções, sendo pontuada da seguinte forma:

- Dentro do Perímetro Urbano da Cidade de Loulé =>  $P_L = 5,00$  valores;





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- Até 10 quilómetros do Centro de Loulé =>  $P_L = 4,00$  valores;
- Até 20 quilómetros do Centro de Loulé =>  $P_L = 3,00$  valores;
- Até 30 quilómetros do Centro de Loulé =>  $P_L = 2,00$  valores;
- Igual ou superior 30 quilómetros do Centro de Loulé =>  $P_L = 1,00$  valor;

**3.2. CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA (50 %):**

Relativamente a este subfactor, será tido em consideração o custo horário do valor de mão-de-obra a cobrar pelo concorrente na manutenção da viatura durante o período de garantia, sendo pontuada utilizando a seguinte expressão:

$$P_{CH} = \frac{19}{3} - \frac{4xP_H}{45}$$

onde:

$P_{CH}$  – Pontuação parcial para o preço horário de mão-de-obra do concorrente

$P_H$  – Preço horário de mão-de-obra, sem IVA incluído, do concorrente

Será considerado anormalmente baixo o preço horário de mão-de-obra cujo valor seja inferior a € 15,00 (quinze euros) sem IVA incluído, devendo o concorrente prestar esclarecimentos justificativos relativo aos elementos constitutivos da sua proposta que considerar serem relevantes para esse efeito.

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um preço horário, sem IVA incluído, igual ou superior a € 60,00 (sessenta euros), estes terão a pontuação mínima de 1 (um) valor.

O cálculo da pontuação parcial deste facto será efetuada da seguinte forma:

$$P_{AT} = P_L \times 0,50 + P_{CH} \times 0,50$$

onde:

$P_{AT}$  – Pontuação parcial obtida no facto “Local e Assistência Técnica” pelo concorrente

$P_L$  – Pontuação obtida no subfactor “Local de Assistência Técnica”

$P_{CH}$  – Pontuação obtida no subfactor “Condições de Assistência Técnica”

**4. PRAZO DE ENTREGA (13 %):**

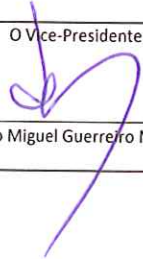
A pontuação para o fator “Prazo de Entrega” da viatura será dada utilizando a seguinte fórmula:

$$P_E = 5 - \frac{2xE}{45}$$





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

onde:

$P_E$  – Pontuação parcial para o prazo de entrega apresentado pelo concorrente

$E$  – Prazo de entrega, em dias consecutivos, apresentado pelos concorrentes

Para o cálculo deste facto do Critério de Adjudicação, os concorrentes deverão apresentar o prazo de entrega em dias consecutivos.

Relativamente aos concorrentes que apresentarem um prazo de entrega igual ou superior a 90 dias, estes terão a pontuação mínima de 1 (um) valor.

**5. PONTUAÇÃO FINAL (100 %):**

A pontuação final será calculada da seguinte forma:

$$P_F = P_P \times 0,41 + P_G \times 0,24 + P_{AT} \times 0,22 + P_E \times 0,13$$

onde:

$P_F$  – Pontuação final do concorrente

$P_P$  – Pontuação parcial para o preço global do concorrente

$P_G$  – Pontuação parcial para o período de garantia apresentado pelo concorrente

$P_{AT}$  – Pontuação parcial obtida no facto “Local e Assistência Técnica” pelo concorrente

$P_E$  – Pontuação parcial para o prazo de entrega apresentado pelo concorrente

**ARTIGO 9º**

**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma electrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de 5 dias úteis após a respectiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

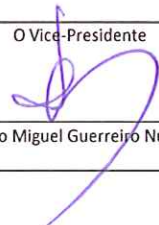
a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa de Procedimento).

b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

b1) Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas colectivas, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas) que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

b2) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

b3) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

c) Certificado de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objecto do contrato a celebrar, nos termos previstos no nº 4 e nº 5 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou colectivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros. O documento referido na alínea c) do ponto 1 do presente artigo deve ser apresentado por todos os seus membros cuja actividade careça de titularidade.

**ARTIGO 10º**

**CAUÇÃO**

1. Não é exigível a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a € 200.000,00.

2. No caso referido no número anterior pode a Entidade Adjudicante, se o considerar conveniente proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, se previsto no caderno de encargos.

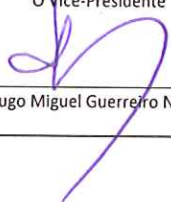
3. No caso do preço contratual ser igual ou superior a € 200.000,00 deve ser prestada caução que será no valor de 5% do preço contratual.

Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

4. O adjudicatário, quando lhe seja exigida, deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da respectiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

5. A caução, quando exigida, é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.

Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redacção do documento deverá obedecer ao modelo constante do Anexo III do Programa de Procedimento.

Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem do Município de Loulé, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o disposto no anexo III do Programa de Procedimento.

6. Todas as despesas derivadas da prestação da caução, quando esta seja exigida, são da responsabilidade do adjudicatário.

**ARTIGO 11º**

**CONTRATO**

O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

**ARTIGO 12º**

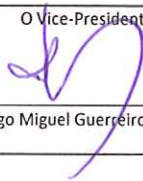
**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Em tudo o omissso no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, rectificado em 28 de Março de 2008, no Código dos Contratos Públicos com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 2 de Outubro, Lei nº 3/2010, de 27 de Abril, Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de Dezembro, e demais legislação aplicável.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

## **CONCURSO PÚBLICO**

### **CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DO TIPO TODO-O-TERENO E EQUIPADA COM CAIXA ABERTA, PARA A DIVISÃO DE PROTECÇÃO CIVIL E VIGILÂNCIA**

#### **ANEXOS – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO**



**ANEXO I**  
**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2— Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) ...

b) ...

3— Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4— Mais declara, sob compromisso de honra, que:

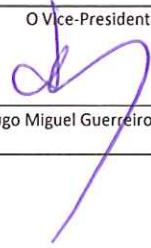
a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado (a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional <sup>(4)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional <sup>(5)</sup>] <sup>(6)</sup>;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(7)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] <sup>(9)</sup>;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

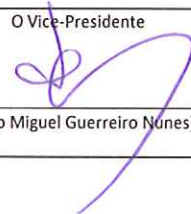
O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(10)</sup>;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(11)</sup>;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código <sup>(12)</sup>;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho <sup>(13)</sup>;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(14)</sup>;
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes <sup>(15)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6— Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º4 desta declaração.

7— O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (<sup>18</sup>)].

(<sup>1</sup>) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

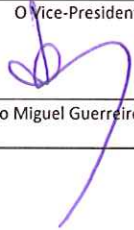
(<sup>2</sup>) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(<sup>3</sup>) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

- (<sup>4</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (<sup>5</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (<sup>6</sup>) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (<sup>7</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (<sup>8</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.
- (<sup>9</sup>) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (<sup>10</sup>) Declarar consoante a situação.
- (<sup>11</sup>) Declarar consoante a situação.
- (<sup>12</sup>) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (<sup>13</sup>) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (<sup>14</sup>) Declarar consoante a situação.
- (<sup>15</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (<sup>16</sup>) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (<sup>17</sup>) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.
- (<sup>18</sup>) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## **ANEXO II**

### **Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup>:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(3)</sup> [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional <sup>(4)</sup>] <sup>(5)</sup>;

c) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código <sup>(6)</sup>;

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho <sup>(7)</sup>;

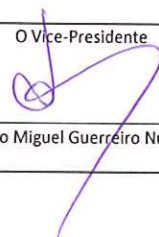
e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) <sup>(8)</sup>;

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Vice-Presidente  
  
(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

2— O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(9)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(10)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos de artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(11)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(4)</sup> Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

<sup>(5)</sup> Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

<sup>(6)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(7)</sup> Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

<sup>(8)</sup> Declarar consoante a situação.

<sup>(9)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(10)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(11)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º